

A contribuição da Batalha do Jenipapo para a manutenção territorial brasileira

Carlos Henrique Arantes de Moraes¹

RESUMO: O presente trabalho pontua sobre a Batalha de Jenipapo, ocorrida em 1823 no interior do Piauí. O confronto caracterizou-se como um conflito armado, no qual contribuiu para a manutenção de uma unidade territorial pós independência do Brasil. Nesse bojo, utilizando-se de um método histórico, o objetivo é apresentar uma destacável participação dos populares locais, especialmente os mestiços, os índios e os negros, todos oriundos da população trabalhadora das Fazendas de gado do Piauí. Além disso, pode-se perceber o surgimento de um sentimento espontâneo de lutar pela independência. O estudo assume relevância por haver uma lacuna no universo da historiografia piauiense e, conseqüentemente, na História Militar do Brasil.

Palavras-chave: Batalha do Jenipapo, Independência do Brasil, Guerras da independência, História Militar.

ABSTRACT: The present work points out the Battle of Jenipapo, which took place in 1823 in the countryside of Piauí. The confrontation was characterized as an armed conflict, in which it contributed to the maintenance of a post-independence territorial unit of Brazil. In this context, using a historical method, the objective is to present a remarkable participation of the local people, especially the mestizos, the Indians and the blacks, all from the working population of the cattle ranches of Piauí. In addition, one can see the emergence of a spontaneous feeling of fighting for independence. The study is relevant because there is a gap in the universe of Piauí historiography and, consequently, in the Military History of Brazil.

Keywords: Battle of Jenipapo, Independence of Brazil, Independence Wars, Military History.

INTRODUÇÃO

A independência do Brasil, ocorrida em 1822, não foi um evento pacífico como assinalado numa retórica geral dos bancos escolares (SILVA, 2017; PIMENTA, 2022). Na verdade, essa pacificidade que é pregada pode ser compreendida pelo fato de não ter ocorrido uma revolta popular unificada ou, ainda, uma Batalha campal de Independência, como a ocorrida nos Estados Unidos da América.

¹ Graduado em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (2003). Pós-graduação em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (2012) e Ciências Políticas pela UNILEYA (2018). Mestre em Ciências Militares pelo Instituto Meira Matos/ECEME. chdemoraes@gmail.com.

No entanto, muitas foram as revoltas, os conflitos ou disputas pelo poder após a independência que, ainda que esparsos, exigiram um grande esforço do poder central para manter o território do mesmo tamanho da então colônia portuguesa. Em distintos locais do território nacional surgiram manifestações contrárias à Independência, particularmente nas regiões mais à Norte, por uma manutenção com os vínculos lusitanos.

Não faltam objeções à tese segundo a qual a consolidação da Independência foi fácil. Seus críticos salientam que a Independência sob a forma de união em torno do Rio de Janeiro resultou de uma luta e não de um consenso geral. Nessa luta foram vencidos nas províncias os movimentos autonomistas e os que sustentavam a permanência da união com Portugal, como aconteceu no Pará. As objeções têm o mérito de chamar a atenção para o fato de que a Independência não correspondeu a uma passagem pacífica. Mas elas não invalidam a constatação de que, admitido o uso da força e as mortes daí resultantes, a consolidação da Independência se fez em poucos anos, sem grandes desgastes. Mais do que isso, a emancipação do Brasil não resultou em maiores alterações da ordem social e econômica, ou da forma de governo. Exemplo único na história da América Latina, o Brasil ficou sendo uma monarquia entre repúblicas (FAUSTO, 2013, p. 126).

Além disso, o Império brasileiro ainda incipiente possuía um braço militar com limitada capacidade de conter todas essas revoltas. Dessa forma, surge a participação local como uma alternativa, mesmo que não planejada, a ser usada na manutenção do nosso atual patrimônio territorial. Como exemplo, em 13 de março de 1823 ocorreu a Batalha do Jenipapo, na vila de Campo Maior-PI, às margens do Rio Jenipapo. Evento capaz de apresentar elementos fornecedores de uma compreensão da historiografia brasileira.

O objetivo do presente trabalho é identificar a Batalha do Jenipapo como colaborador da manutenção de um território extenso, sem desmembramentos e centralização política. A forma como repeliu os portugueses do Piauí influenciou no processo da independência nacional. Para isso, na próxima seção, serão discutidas, de forma breve, as Guerras de Independência. Em seguida, será entendido o contexto histórico anterior ao da Batalha do Jenipapo, para na sequência desenvolver a histórica Batalha e, por fim, a inferência do trabalho.

GUERRAS DE INDEPENDÊNCIA

Alguns eventos foram fundamentais para o fortalecimento a ideia de um País independente de Portugal, tema esse de inúmeras possibilidades de interpretações e ensinamentos (PIMENTA, 2022). Por exemplo, a chegada da corte portuguesa no continente americano resultou na criação dos Ministérios da Guerra e da Marinha, de Universidade, de estabelecimentos financeiros, além de outras instituições que claramente fortaleciam a colônia perante a metrópole. Cabe a indagação se houve displicência por parte da Coroa portuguesa, ou simplesmente se era inevitável esse caminho.

No entanto, a intenção do presente estudo volta-se ao pós-evento de 07 de setembro de 1822. Os conflitos armados consequentes da independência ocorreram num momento de fragilidade de um braço armado estatal, exigindo a participação popular, seja a favor, seja contrário à separação.

O historiador Sérgio Buarque de Holanda (1962) afirma que a independência e a unidade territorial não nasceram juntas. Isso se traduz que mesmo independente, o Império brasileiro ainda teve alguns percalços para consolidar a unidade política territorial em toda a colônia portuguesa na América.

A afirmação de Holanda (1962) se revela ao identificarmos as guerras de independência. Essas ocorridas não como uma independência única, “mas várias, a depender do lugar, província e grupo que pôde vislumbrar, durante o processo, boas oportunidades para a realização de seus interesses específico” (PIMENTA, 2022, p. 102).

Segundo Anjos (2007), as guerras de independência podem ser consideradas o primeiro grande teste internacional do Brasil. É fato que “as dificuldades e os desafios impostos pela situação aos ‘patriotas’ diante do cenário de afirmação ao território exigiria o esforço de um povo que se traduziria em vontade nacional” (SILVA, 2017).

Essas batalhas, ocorridas, no Pará, na Bahia, na Cisplatina e no Piauí, este último foco deste estudo, fortaleceram as características da miscigenação brasileira, uma vez que contaram com a participação das raças formadoras da população brasileira – o negro, o índio e o europeu.

O CONTEXTO HISTÓRICO ANTERIOR A BATALHA DO JENIPAPO

Para arrazoar o contexto histórico, deve-se compreender que antes da Proclamação da Independência do Brasil, a colônia portuguesa no Novo Mundo estava administrativamente dividida em duas – o Estado do Brasil e o Estado do Grão Pará e Maranhão, conforme a figura 01.



Figura 01 – Subdivisões dos territórios portugueses na América

Fonte: ENCICLOPÉDIA BARSA, 1995, p. 359

Desde 1751, durante o período pombalino², o Estado do Grão Pará e Maranhão, cuja extensão territorial abrangia os atuais estados do Maranhão, Piauí, Pará, Amapá e Roraima, possuía uma ligação direta com Lisboa, representando na prática duas colônias distintas na América. O Marquês de Pombal percebeu a grande capacidade geopolítica no Norte do Brasil, provavelmente devido a importância da Foz do Rio Amazonas, daí a centralização da política local, tanto que nomeou seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado como Governador do Estado.

² Durante o reinado de D. José I (1750-1777), seu Ministro Sebastião José de Carvalho e Melo – o Marquês de Pombal – teve participação bastante atuante nas reformas políticas portuguesas, principalmente aquelas voltadas para a colônia brasileira. As reformas pombalinas aumentaram a dominação da metrópole sobre a colônia.

A influência lusitana no Estado do Grão-Pará e Maranhão era muito forte. Os portugueses possuíam o controle econômico da região, pois eram proprietários das terras, donos do comércio de produtos regionais e da exploração e coleta pela prática do extrativismo.

A chegada da família imperial no Brasil, somada à abertura dos portos, permitiu gerar um ambiente favorável a manifestações sobre a separação política entre metrópole e colônia. A partir dessa evolução, os deputados da corte se dividiam entre as ideias de o Brasil voltar à sua antiga condição de colônia, assim como a possibilidade de se manter como um governo autônomo aliado ao governo português, tendo em vista a disputa que se dava em família (MALERBA, 2000, p. 225).

Outrossim, ocorria em Portugal a Revolução do Porto, motivada por um contexto específico de valorização da nação portuguesa que havia mergulhado em uma crise econômica sem precedentes, especialmente depois do dismantelamento da exclusividade comercial com a abertura dos portos em 1808, ferindo o nacionalismo português e pressionando o retorno da Coroa para Lisboa.

A chegada da coroa lusitana no continente americano permitiu avanços no Brasil. A criação de imprensa, biblioteca nacional, universidades, entre outras instituições, ainda que possuíssem estruturas precárias, modificaram a colônia. Isso pode ser percebido do retorno de D. João VI à Lisboa e suas palavras de despedida ao filho que permanecia como Regente em terras brasileiras.

“Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me hás de respeitar, do que para algum desses aventureiros” (FROTA, 2000, p. 244).

Com essa citação, D. João VI já pressentia a Independência e visualizava como se articular para o que aproximava. No entanto, em 1821, nomeou o Major João José da Cunha Fidié – seu afilhado – para a função de Governador das Armas no Piauí. Esse personagem assumiria um papel protagonista durante a Batalha de Jenipapo.

Em 1811, por meio de decreto régio em 10 de outubro de 1811, as capitânicas do Maranhão e do Piauí separaram-se (NEVES, 2006, p. 46). Contudo, a influência lusitana local permanecia bastante atuante. Ainda assim, a região do Piauí permaneceu entregue à “ocupação e exploração dos desbravadores maranhenses e baianos, na região compreendida entre o Canindé e o Parnaíba” (BRANDÃO, 2006, p.36-8).

A nomeação do Major Fidié pode ser entendida como um passo para a manutenção do Norte brasileiro como colônia portuguesa. Assim, seriam mantidas as capitânicas do Pará, Maranhão e Piauí, aliada ao governo de Lisboa, visto que a consolidação da independência parecia inevitável no restante do Brasil.

Para Portugal, manter o Piauí sob dominação política era fundamental. Primeiro porque a criação de gado na província havia prosperado, tornando-se um dos maiores fornecedores de carne para o restante do Brasil, o que se tornaria um trunfo. Segundo que a posição geográfica piauiense era estratégica para a resistência de frear os movimentos independentistas vindo do Sul, assegurando que as províncias mais fiéis à Lisboa – o Pará e o Maranhão – não fossem influenciados por esses ideais. Além disso, os sistemas de comunicação já funcionavam com bastante êxito, especialmente na cidade

de Oeiras – então capital piauiense – onde se configurava um lugar nevrálgico na manutenção das comunicações entre o governo central e as províncias do Norte. Justamente por essa razão, não seria difícil se imaginar que o Piauí também funcionaria como fronteira no período separatista, de onde se impediria a entrada tanto das tropas independentistas quanto de gêneros alimentícios, como o gado, uma vez que os rebanhos do Piauí abasteciam o mercado das capitânicas vizinhas como Ceará, Bahia, Pernambuco, Maranhão (CHAVES, 2005, p. 27).

Esse era o ambiente vivido no Brasil Colônia nos momentos anteriores à Independência. A notícia sobre o ocorrido em 7 de setembro de 1822 já havia chegado a Oeiras no dia 30 daquele mesmo mês, por meio de folhetins e panfletos e foi se espalhando por outras vilas, iniciando uma divisão entre os adeptos da Independência e os que nutriam apreço por Portugal.

Portanto, no período da Proclamação da Independência, o Piauí ainda era governado por elites simpatizantes ao governo luso, porém encontrava-se no limiar com territórios com ideais separatistas, como o Ceará, por exemplo. Essas variáveis foram suficientes para o surgimento de um choque de interesses em terras piauienses. Uma vez que os focos de resistência contrários ao decreto de D. Pedro I seriam incidentes nas cidades em que a liderança local se aproximava das relações com a metrópole portuguesa e se beneficiava com essa proximidade, particularmente no caso piauiense, sua posição geográfica seria o ponto fulcral para que ocorresse um embate mais acalorado na província.

O ESTOPIM PARA A BATALHA DO JENIPAPO

As manifestações públicas de adesão ao Imperador D. Pedro I tiveram início no norte da Capitania do Piauí pela Vila de São João da Parnaíba em 19 de outubro de 1822 (MARQUES, 1999, p. 27; CHAVES, 2005, p. 35). O movimento foi liderado por Simplício Dias, um magnata com fama de ser o homem mais rico do Piauí e Leonardo Castelo Branco, um militar regional.

No momento que essas manifestações foram noticiadas em Oeiras – ainda capital da província, o Major Fidié escreveu uma carta aos revoltosos, numa tentativa de persuadir seus líderes a não praticarem esse “crime”, permanecendo fiéis aos “sagrados vínculos que vos ligam a vossos irmãos portugueses” (NEVES, 2006).

Ato contínuo à remessa da carta, Fidié iniciou uma marcha com 1.100 homens armados com o objetivo de chegar na vila litorânea de São João da Parnaíba. As características fisiográficas da região castigaram o grupamento militar e os 660 Km que separam Oeiras de Parnaíba foram atravessados em meses.

Devido a essa severidade do clima regional, a tropa de Fidié realizava seus altos de descanso em pequenas fazendas isoladas, no meio das carnaubeiras esparsas. Ali, os homens de Fidié consumiam o pouco que os moradores possuíam. Por vezes, os pequenos agricultores fugiam e abandonavam seus lares devido o receio da tropa.

Nessas condições a tropa portuguesa chega em Campo Maior, no centro do caminho para Parnaíba. A parte portuguesa da população campo-maiorense recepcionou Fidié e seus homens de

forma calorosa, permitindo um descanso mais confortável. Fidié, bastante seguro e confiável do seu cumprimento da missão em Parnaíba, discursou na Praça da Matriz para os habitantes locais. No entanto, a referida recepção havia sido preparada pela elite portuguesa que residia em Campo Maior, a população menos abastada, que era a maioria, consideravam-se brasileiros e se incomodavam com as submissões impostas por aquelas elites lusitanas. Vale ressaltar que as ações imorais da tropa de Fidié sobre a população contribuíram para aumentar o distanciamento para a elite portuguesa e potencializavam um sentimento de diferenciação, fortalecendo a separação e o patriotismo.

Ao chegar em Parnaíba, Fidié e seus homens encontraram uma cidade vazia. A carta remetida antes de sua partida surtira efeitos morais nas lideranças separatistas e todos afugentaram-se. Esse abandono contribuiu para que Fidié tivesse a certeza de que sua missão havia sido muito bem cumprida, reforçando seu sentimento anterior.

Com efeito, a tropa lusitana realizou prisões de parentes dos manifestantes que se encontravam na cidade, ainda usurparam as rendas públicas, o cofre e as esmolas da Igreja Nossa Senhora do Rosário e os animais de fazendeiros locais (NETO, 1995), mais uma vez criando um ambiente desfavorável perante a população local.

O feito serviu de inspiração para Fidié que já planejava tomar o Ceará, província que se demonstrava a favor da separação da Coroa portuguesa. Todavia, revolucionários em Oeiras perceberam o quão vulnerável estava a capital piauiense e tramaram a destituição da junta do governo e adesão a Independência brasileira.

Em 13 de Dezembro de 1822, os manifestantes de Oeiras tomaram a Casa de Pólvoras na capital. Os revolucionários estavam, a partir desse momento, de posse de armas e munições da própria força armada portuguesa. O Brigadeiro Manuel de Souza Martins foi o líder dessa ação. Dessa forma, conduziu a adesão de Oeiras ao movimento independentista e tornou-se o presidente da junta, eleito pelo Senado da câmara da capital.

Não satisfeito, Manuel Martins remeteu ofícios a todas as cidades piauienses incentivando-os a tomarem a causa brasileira. Um desses ofícios era endereçado a Fidié, ainda em Parnaíba, para que passasse o governo da província ao Cap Manoel Pimenta de Sampaio.

Manuel Martins esperava que Fidié marchasse para o Maranhão com a finalidade de obter apoio e retornar ao governo do Piauí, tanto que enviou cem homens para patrulhar o Rio Parnaíba, na região de São Gonçalo – atual Amarante – local onde esperava passar a tropa de Fidié.

Nesse interim, Leonardo Castelo Branco – o que se afugentou antes da chegada de Fidié em Parnaíba – assumiu a cidade de Piracuruca e com um punhado de homens seguiu para Campo Maior. Lá conseguiu fazer com que os soldados de Fidié que guarneciam a cidade mudassem de causa e aderissem ao movimento independentista. Ainda empolgado, Castelo Branco tenta convencer, por meio de carta, a adesão da cidade de Caxias, no Maranhão, contra Fidié.

O Cap. José Antonio Correia convida o jovem Castelo Branco para uma visita em Caxias, transmitindo uma percepção de aderência ao movimento de separação. Castelo Branco ao atravessar

o Rio Parnaíba, indo ao encontro de José Correia é traído. Na margem maranhense, é rendido pelo próprio capitão e conduzido para São Luís, onde foi julgado e punido.

Somente em 1823, Fidié resolve agir, suas opções eram partir para São Luís, seja por meio marítimo, seja por meio terrestre. Este último, era o que o Brigadeiro Manuel de Souza Martins esperava. Ainda assim, existia a opção de enfrentar a revolta surgida na capital e foi essa a decisão de Fidié.

A crença das tropas portuguesas é que sua chegada em Oeiras seria igual a Parnaíba, os líderes se afugentariam e Fidié lograria êxito. A calorosa recepção das tropas em Campo Maior reforçava essa confiança.

Fidié não imaginava o quanto Campo Maior havia mudado, a chegada de Castelo Branco somada a traição sofrida por ele estimulou aqueles brasileiros abastados a se expressarem, agitando os ânimos a favor da causa brasileira. Os homens armados de Fidié não teriam a mesma recepção, dessa vez, em Campo Maior.

A favor de Fidié, os dois meses que estacionou em Parnaíba, foram suficientes para adestrar melhor sua tropa e até mesmo incrementar seus equipamentos com materiais recebidos do Maranhão. Por outro lado, chegara em Campo maior um efetivo de aproximadamente 500 homens vindos do Ceará para lutarem a favor da Independência, sob o comando do Cap Luiz Rodrigues Chaves que assumira o comando da cidade desde a partida de Castelo Branco para a traição em Caxias.

A BATALHA DO JENIPAPO

A marcha de Fidié para Oeiras teve um primeiro contato, no dia 10 de março de 1823, com 60 combatentes cearenses e independentistas na vila de Piracuruca. Frente aos 1.100 homens milicianos de Infantaria, Cavalaria e Artilharia com 11 canhões, os poucos patriotas não puderam fazer muito.

Os informes que chegavam à Fidié era que uma força voluntária reduzida, mobilizada às pressas por gente do povo sem nenhuma experiência militar, armados com seus instrumentos de trabalho no campo, facas, facões, foices e com as armas de caça de carregar encontravam-se em Campo Maior.

De fato, a realidade não se afastava muito desses informes. O Cap Luiz Rodrigues Chaves reunia aproximadamente 2.000 homens para a campanha, porém apenas os 500 militares vindos do Ceará possuíam instrução mínima de combate. Os demais milicianos eram exatamente o descrito nos informes.

Agricultores, vaqueiros e homens do campo sem disciplina e instrução militar, mas dispostos a morrer pela causa patriótica, marcharam para as margens do Rio Jenipapo, vazio em razão da seca, onde bem disfarçados guardavam as duas saídas abertas no meio de carnaubais que ali desembocavam na margem oposta. Sob orientação do Cap Chaves, a intenção era surpreender Fidié, evitando um desvantajoso combate de encontro

Fidié era um homem experimentado em combate, e abordou Campo Maior de maneira tática. Os patriotas que se postavam no Rio Jenipapo denunciaram suas posições com o que Fidié montou de “isca”

A figura 02 demonstra como um destacamento travou contato com as tropas patriotas e retraíram, atraindo os inexperientes combatentes independentistas, certos de que estavam superando o oponente. Enquanto isso, a maior parte das tropas lusas desbordavam e assumiam os mesmos locais antes ocupados pelos patriotas.

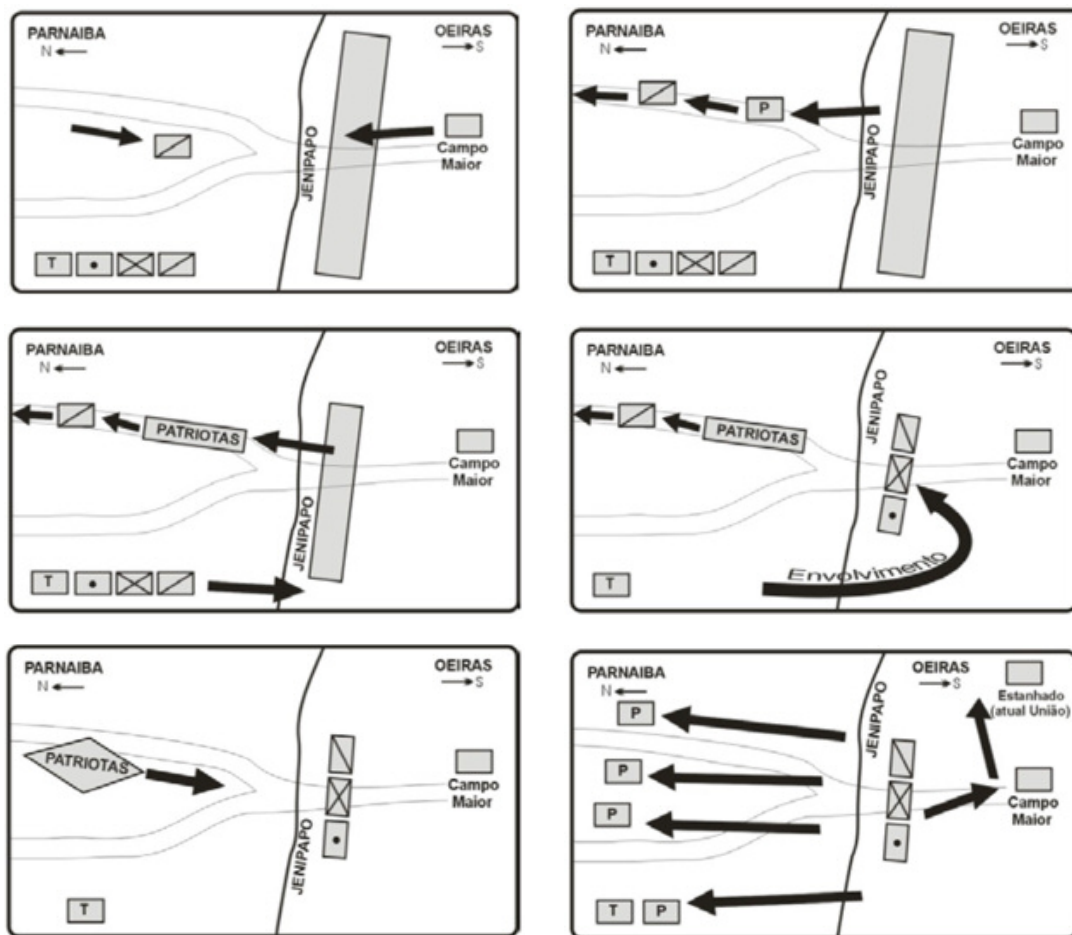


Figura 02 – Desdobramento tático no Rio Jenipapo

Legenda:

- P** Tropas Patriotas
- Tropa de Infantaria de Fidié
- Tropa de Cavalaria de Fidié
- Tropa de Artilharia de Fidié
- T** Trens de Combate de Fidié

Fonte: BENTO, 2008.

Os improvisados soldados patriotas ao retornarem para a sua posição inicial, surpresos, constatam que sua posição inicial estava ocupada por Fidié. Se reagrupam e partem para o ataque feroz que se estende por longas horas, com desgastes para os dois lados. Nesse momento, os patriotas tombam em combate desigual contra uma posição fortificada e guarnecida por 11 canhões.

Ambos os contendores se retiraram do local do combate. Fidié avançou para próximo de Campo Maior onde desistiu de prosseguir na reconquista de Oeiras, preferiu marchar para a localidade de Estanhado - atual União - onde tentou receber reforços da Junta de Maranhão, favorável a Portugal. Os patriotas na retirada encontraram algumas das Bagagens dos Trens de Combate da tropa de Fidié, impedindo o seu fluxo logístico de itens essenciais (armas, munições, dinheiro etc).

O saldo final dessa batalha aponta para números próximos a dezesseis mortos e sessenta feridos pelo lado português, contra 542 brasileiros mortos e 200 feridos. Os números são bastante imprecisos, principalmente pelo lado português, já que Fidié enterrou seus cadáveres em cova coletiva e sem nomes (SILVA, 1972).

Apesar dos números favoráveis à Fidié, a Batalha do Jenipapo forneceu a ideia de patriotismo e adesão a causa brasileira. Sua fuga para Estanhado foi um reconhecimento da inevitável escolha de uma população que decidiu enfrentar o domínio português.

Após Estanhado, Fidié se dirige para terras maranhenses com seus soldados, onde tenta ainda algumas investidas em cidades piauienses. A partir daí, os esparsos combates ocorridos já não teriam mais os mesmos vultos da Batalha do Jenipapo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Piauí possui a harmonia das raças como um fator diferenciador no seu estado. Não se pode dizer que isso é fruto da Batalha do Jenipapo, porém isso foi um diferenciador. Essa característica da colonização até os dias atuais foi observada em Campo Maior, quando a população local totalmente miscigenada lançou-se ao encontro do inimigo, de maneira unida.

Além disso, há de se exaltar a figura de Simplício Dias, considerado o precursor da Independência do Piauí. Muito provavelmente motivado por ideais liberais, demonstrava grande simpatia à D. Pedro I, em menosprezo à Coroa portuguesa. Ainda que sem participação na Batalha do Jenipapo, foi responsável pelo estopim que a gerou.

Outro personagem que deve ser destacado é Leonardo Castelo Branco. Ainda que não combatesse diretamente no dia 13 de março, seu legado merece ser referenciado. Deixou sua fazenda e família e foi para Parnaíba com disposição para lutar pela ideia da Independência, mesmo sem experiência e meios militares para sustentar o movimento. Antes de ser enganado, conseguiu grandes feitos como a conquista da vila de Piracuruca e a organização de uma sinergia de forças com a população de Campo Maior que originou a Batalha do Jenipapo. Vale ressaltar, ainda, na sua linhagem genealógica o Marechal Humberto Castelo Branco, diferenciado militar brasileiro, que mais de um século depois da

Batalha do Jenipapo, foi oficial de operações da Força Expedicionária Brasileira (FEB) nos campos italianos, combatendo a tirania nazista.

Como último destaque, e talvez o mais importante, foi a população campo-maiorense que enfrentou as tropas adestradas de Fidié. Esses últimos não só melhor adestrados, mas também com equipamentos e armamentos drasticamente superiores aos dos patriotas brasileiros. A grande maioria desses campo-maiorenses nada possuíam, a não ser um simples facão de mato e muita crença na causa brasileira. A desistência de Fidié em prosseguir no combate foi fruto de possivelmente uma das mais emocionantes páginas das guerras da Independência, escrita com sangue e bravura por patriotas do Nordeste brasileiro.

Não à toa, a Batalha do Jenipapo é um exemplo de patriotismo. Os ideais daqueles que tombaram ultrapassaram a capacidade bélica de imposição por meio de armas. Também é verdade que esse ato heroico não possui a difusão merecida, principalmente fora das terras piauienses.

Por fim, a exaltação e rememoração dessa Batalha caracterizam uma cultura popular local, que deve ser mantida e, se possível, ampliada para um nível nacional, enaltecendo o que um povo, muitas vezes esquecido, pode representar para sua Nação. A população foi o braço armado de um país incipiente. Suas instituições ainda não gozavam de uma organização capaz de enfrentar obstáculos aos seus objetivos, principalmente em terras distantes da capital Rio de Janeiro. Desse modo, piauienses, maranhenses e cearenses protagonizaram a ultrapassagem de um sentimento estritamente regional, para um sentimento nacional. Campo Maior pode se orgulhar de ter sido o palco de um memorável evento da historiografia brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENTO, Cláudio Moreira. **O Combate de Jenipapo: descrição e análise militar e a sua projeção estratégica na Independência no Ceará, Piauí e Maranhão**. Resende: Academia de História Militar Terrestre do Brasil, 2008.

BOSCHI, Caio C. **Por que estudar História?** Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2020.

BRANDÃO, Wilson de Andrade. **História da Independência no Piauí**. Teresina: FUNDAPI, 2006.

CHAVES, Monsenhor Joaquim. **O Piauí nas lutas pela Independência do Brasil**. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2005.

ENCICLOPÉDIA BARSA. **História do Maranhão**. Rio de Janeiro: Enciclopédia Britânica do Brasil Publicações Ltda, Vol 10, 1995.

FROTA, Guilherme de Andrea. **500 anos de História do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial: sua desagregação. **História geral da civilização brasileira**. T. II – O Brasil monárquico. São Paulo: Difel, 1962.

MALERBA, Jurandir. **A corte no Exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARQUES, Renato Neves. As Charqueadas na Parnaíba. **Cadernos de Teresina**, ano 12, n. 31, pp. 22-29, 1999.

NETO, Adrião. **Dicionário Biográfico – Escritores Piauienses de Todos os Tempos**. Teresina: Halley, 1995.

NEVES, Abdias. **A Guerra de Fidié**. Teresina: Fundapi, 2006.

PIMENTA, João Paulo. **Independência do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2022.

SILVA, Luís Antonio Vieira. **História da Independência da Província do Maranhão 1822-1828**. São Luís: C. E. Americana, 1972.

SILVA, Rayanne Gabrielle da. O processo de independência do Brasil na Bahia e no Piauí: guerra, resistência e vitória (1822-1823). **Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI**. Vol. 6, n. 2, pp 61 – 77, 2017.